



As transformações no ambiente / turismo de Porto Nacional após 10 anos da formação do lago da barragem de Lajeado

José Miranda de Souza¹, Lucivânia Pereira Glória², Sinaracarvalho de Oliveira³, Voninio Brito de Castro⁴

¹Acadêmico do curso Licenciatura da Computação, quarto período – IFTO. e-mail: jmiranda7@yahoo.com.br

²Acadêmica do curso tecnólogo em logística – IFTO email: lucivania-gloria@hotmail.com

³Acadêmica do curso tecnólogo em logística – IFTO email: sinaracar@yahoo.com.br

⁴Orientador professor efetivo do IFTO, MSc. em Ciência do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. email: voninio@yahoo.com.br

Resumo: O escopo deste trabalho foi analisar as transformações no ambiente/turismo de Porto Nacional, após 10 anos do lago/reservatório da barragem de Lajeado, além de: descrever o ambiente e o turismo de Porto Nacional; identificar as transformações no ambiente e turismo local e comparar as informações coletadas com as percepções dos sujeitos pesquisados. Hipótese: Os impactos advindos do lago da barragem de Lajeado no ambiente de Porto Nacional transformaram o turismo local. O estudo é uma abordagem qualitativa descritiva e usou o método etnográfico com algumas técnicas do Diagnóstico Rural Participativo (DRP): tempestade de ideias e visita in loco. As técnicas prepararam os sujeitos para responderem as entrevistas livres de pressão. Elaboramos relatórios de observação in loco das entrevistadas realizadas. Os sujeitos são moradores que desenvolvem o comércio turístico da cidade desde o período anterior ao lago. Os resultados mostram que a praia é a principal fonte turística local, embora existam o centro histórico, eventos típicos tradicionais ao longo do ano e etc. O turismo não avançou ao longo dos dez anos do reservatório da UHE de Lajeado; os problemas herdados pelos moradores e comerciantes continuam e pouco se fez para minimizar os impactos nos imóveis do centro histórico, praia, compensações aos comerciantes, impactos imateriais como o rompimento nas relações sociais. As análises mostram que para reativação do turismo local é necessário explorar o comércio turístico por meio de incentivos e valorização de quem desenvolve o comércio turístico local na orla, no centro histórico e praia, recuperação e divulgação de todos os potenciais turísticos, como eventos tradicionais, organização da praia artificial para atrair os turistas durante todo o ano. Porto Nacional, sendo rota para o Jalapão, polo turístico do estado do Tocantins, torna-se primordial investir na infraestrutura e logística dos valores culturais da cidade.

Palavras-chave: economia, impactos, transformação, turismo.

1. INTRODUÇÃO

A implantação de barragens começou há milhares de anos, alimentado por diversos interesses, dentre eles, o de represar água com o objetivo de produção de energia elétrica, atender a demanda populacional no consumo de água, atender as indústrias e irrigar plantações. As vantagens são inúmeras, no entanto, nem tudo parece positivo, estudos sobre os últimos 50 anos desse empreendimento, mostram impactos de natureza ambiental, social, econômico e cultural.

Junto com os empreendimentos a discussão quanto às vantagens e desvantagens das grandes barragens para o desenvolvimento socioeconômico de determinada região é crescente entre os críticos, partidários das barragens e oponentes. As ações de mitigação dos impactos são importantes embora insuficientes. Um estudo de impactos na metrópole de Belém por um grupo de pesquisa do PRONEX (1999) aponta que “ações tornaram-se ícones da busca de um desenvolvimento econômico com consequente desenvolvimento urbano na metrópole, por meio do fortalecimento do turismo, através da construção de complexos turísticos ligados à história do município [...]” (LIMA, et al 1999 p.122).

O rio Tocantins, como alvo desses grandes empreendimentos teve seu layout deformado pelo reservatório das UHEs. Além de inundar de áreas de agricultura de subsistência, arquipélagos, e propriedades das populações ribeirinhas comprometendo o modo de vida e as relações sociais e costumes dessas populações e o turismo das cidades ribeirinhas podem ter sofrido alterações.

O reservatório da Usina de Lajeado atingiu cidades históricas, uma delas, Porto Nacional que no seu contexto histórico, surgiu há mais de dois séculos, tombado como Patrimônio Nacional em função da importância histórica da região e do país, através dos monumentos históricos coloniais, também,



cachoeiras, ruínas de Pontal e praias. Conforme Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente - RIMA da usina, a cidade teve a área de 2.694,9m² coberta pelo reservatório e atingiu 347 famílias urbanas e 417 famílias rurais.

Como todas as cidades localizadas às margens do rio, Porto Nacional nasceu da relação com o rio Tocantins, e pode-se entrever que o rio é parte da identidade portuense. Com a formação do reservatório, inúmeros problemas socioeconômicos podem ter alterado o modo de vida da população e do cotidiano dessas famílias que dependiam do comércio turístico local para sobreviver.

A infraestrutura do ambiente e turismo da cidade depende dos investimentos do poder público, no entanto, a economia produzida pelo turismo chegou a R\$ 556.157, 19 em 2002, um ano após o reservatório/lago, não houve arrecadação. No estudo inclui a perda de riquezas naturais do município, como as praias locais “Porto Real”, e “Carreira Comprida”, ainda, a degradação nos imóveis do centro histórico, alterações no modo de vida dos ribeirinhos urbanos, fator que pode ter configurado mudanças no turismo e na economia local da cidade. Essas consequências foram observadas ao longo dos dez anos do reservatório no município de Porto Nacional. Rodrigues e Souza(2008,p.2) já afirmavam que a cidade já era um “tradicional polo turístico da região antes do alagamento”. As alterações no ambiente e turismo de Porto Nacional aconteceram rapidamente, pois a construção da usina teve duração de apenas 39 meses, sendo administrada por uma empresa que deixou a desejar na condução das desapropriações e negociação com famílias atingidas.

Portanto, neste trabalho se propôs analisar as transformações no ambiente/turismo de Porto Nacional, após 10 anos do lago da barragem de Lajeado. Tornou-se necessário o estudo para a compreensão das três esferas da pesquisa: A cidade de Porto Nacional, o turismo e a hidrelétrica de lajeado. A hipótese adotada no trabalho foi de que os impactos advindos do lago da barragem de Lajeado no ambiente de Porto Nacional transformaram o turismo local. Teve como objetivo geral: Analisar as transformações no turismo de Porto Nacional após 10 anos do lago da barragem da Hidroelétrica de Lajeado. E objetivos específicos: descrever o ambiente e o turismo de Porto Nacional; identificar as transformações no ambiente e turismo local e por último, comparar as informações coletadas com as percepções dos sujeitos pesquisados.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O estudo baseou-se no método etnográfico, com o uso das técnicas: tempestade de ideias, (*Brainstorming*) do Diagnóstico Rural Participativo-DRP. Verdejo (2007), define DRP por meio das seguintes características:

- a) É um processo de pesquisa e coleta de dados, que pretende incluir as perspectivas de todos os grupos de interesse integrados pelos homens e pelas mulheres rurais.
- b) Impulsiona uma mudança nos papéis tradicionais do pesquisador e dos pesquisados, já que ambos participam da determinação de quais e como coletar os dados; é um processo de dupla via
- c) Reconhece o valor dos conhecimentos dos/as comunitários/as.
- d) Funciona como meio de comunicação entre aqueles que estão unidos por problemas comuns. Esta comunicação coletiva chega a ser uma ferramenta útil para identificar soluções. (VERDEJO, 2007, APUD CASTRO E PEREIRA, 2010, p. 36).

Em função da complexidade do objeto e da heterogeneidade dos sujeitos da pesquisa, as técnicas do DRP permitem a preparação dos sujeitos com instrução ou sem instrução para participação de entrevistas, uma vez, que possibilitam esses a compartilharem saberes e experiências de forma tranquila, no próprio ambiente e contexto. Faria e Neto (2006) o uso das técnicas do DRP são usadas considerando as seguintes razões:

¹ Terras inundadas do município- RIMA disponível em:

http://www.investco.com.br/empresa/documentos_oficiais/eia_rima/pdf/rima_rel_impacto_sobre_meio_ambiente.pdf



Trabalhar com uma linguagem comum ao grupo de discussão; permitir a participação de alfabetizados ou não, num mesmo grupo; facilitar o diálogo entre os participantes e destes com a equipe de pesquisadores; despertar a discussão sobre problemas e potencialidades da realidade em questão; permitir o levantamento e a análise do conhecimento coletivo; trabalhar com as percepções das pessoas que residem no local; e facilitar a verificação de informações obtidas no processo de diagnóstico. (ibid, p.17)

Foi feito um estudo bibliográfico relacionado à temática abordada, estudo de campo, com visitas e entrevistas abertas e semiabertas a 15(quinze) representantes das famílias que são moradores e que desenvolvem o comércio turístico local de antes e depois do lago. Em função de ser uma pesquisa qualitativa, adotou-se a análise descritiva nos dados coletados.

2.1 Instrumentos de coleta de dados

Relatório de observação, in loco realizado, por meio das visitas aos pontos turísticos de Porto Nacional; conversa com os moradores comerciantes (restaurantes na orla, barraqueiros da praia “Porto Real” e proprietários dos imóveis do centro histórico) e; relatório das entrevistas com perguntas não estruturadas, estruturadas e semiestruturadas;

2.2 Técnicas utilizadas

Tempestade de ideias (Brainstorming-). Através de um *warm up* (palavras de estímulos e introdução de ideias) sobre as atividades comerciais realizadas e o ambiente do rio Tocantins, de forma que os sujeitos sentissem estimulados a lembrarem de falar dos eventos ocorridos desde o período anterior ao reservatório.

Visita in loco- Todos os pontos turísticos foram visitados e conversas informais foram realizadas com os moradores e proprietários dos imóveis do centro histórico, barraqueiros da praia “Porto Real”, antigos moradores que trabalhavam com o turismo antes do reservatório e que hoje não atuam mais nas mesmas atividades, e os órgãos públicos ligados ao turismo da região.

Critérios de Seleção dos sujeitos

Sujeitos que vivem das atividades comerciais turísticas desde o período anterior ao reservatório foi o critério utilizado na seleção dos sujeitos para esta pesquisa. Em função do pequeno número de famílias identificadas, apenas 15 sujeitos foram entrevistados. São representantes, líderes cujas famílias dentre elas, os barraqueiros da praia “Porto Real”, moradores do centro histórico, e proprietários dos restaurantes da orla.

2.3 Procedimento da pesquisa de campo

Foram realizadas visitas aos pontos turísticos da cidade que direta ou indiretamente estão ligados ao lago da barragem; seleção e Identificação dos sujeitos para entrevista; encontro com cada família para a realização da entrevista; elaboração dos relatórios e descrição e análise das informações coletadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os principais impactos ambientais, culturais e sociais da construção da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães no município de Porto Nacional identificados, conforme instrumentos de coletas de dados estão evidentes tanto nas entrevistas como no relatório de observação in loco. O desaparecimento da antiga praia Porto Real e Carreira Comprida devido à construção do lago, a descaracterização do centro histórico em função de imóveis seculares que foram destruídos, sendo que alguns ainda apresentam problemas em suas estruturas internas e externas, em função dos impactos das máquinas pesadas durante a construção da Avenida Beira Rio; o deslocamento de barraqueiros, e comerciantes que comercializavam seus produtos às duas margens do rio, e tiveram que ser removidos para assentamentos ou para a periferia da cidade sem o consentimento dos mesmos. As medidas



mitigatórias previstas no RIMA incluem a “execução do Projeto da reurbanização, que deverá prever uma Avenida Marginal delimitando a área comercial, habitacional e de serviços, e um parque entre o reservatório e a Avenida” (RIMA p.126).

3.1 O ambiente e o turismo de Porto Nacional antes do lago.

O ambiente (paisagem formada pelas matas ciliares, o rio e a praia) foi alterado com o alagamento. Ficou evidente nas visitas in loco e nas entrevistas com os sujeitos, que os mesmos apreciavam com admiração o ambiente local antes da formação do lago. *Contemplavam a beleza das águas e areias finas, matas ciliares, árvores frutíferas e plantações. “Enchia os olhos de qualquer pessoa” [S1].* Para os sujeitos o conjunto formado pelos imóveis do centro histórico com sua localização estratégica situada às margens do Rio Tocantins tornavam o ambiente da cidade único. “E o Rio Tocantins modificado pelo crescimento desenvolvimentista, abrigando usinas hidroelétricas, agora sem praias, ainda teimosamente se impõe como o principal elemento no universo simbólico portuense” (IBGE, 2010)

Em torno da beleza natural configuravam-se o ambiente e o turismo, pois, segundo os mesmos sujeitos, era na temporada de praia que a cidade exercia suas maiores atividades econômicas e emergia sua cultura por meio do turismo. *“Naquela época foi uma oportunidade pra mim. O movimento na praia só crescia e as barracas que tinha lá não dava conta de atender tudo” [S6].*

Todos os sujeitos confirmaram que o ambiente e o turismo de Porto Nacional na temporada de praia eram destaques na região norte do país, influenciados pelo favorecimento do clima quente e ensolarado. Embora não foram encontrados dados de todos os anos após o alagamento, o Turismo, principalmente, na temporada de praia (junho-setembro) era fomentador determinante da economia da região antes da formação do reservatório. Os últimos dados são de 2001, chegou a R\$ 556.157,19 segundo dados do IBGE.

Valor Presente (VP) da renda gerada na praia Porto Real
Estimada de 1999 a 2001.

Anos	(VP) Renda estimada em R\$
1998	448.640,00
1999	484.531,20
2000	523.293,70
2001	565.157,19
2002	0,00

Tabela 2- Renda na praia de Porto Real antes do lago.

Fonte: SOUZA, 1998 apud 2003.

Frequentadores de diversos estados e países aqueciam a economia da cidade, por meio do comércio que variavam entre alimentação, roupas de praia, hotéis, embarcações com travessia do rio e atividades diversas que aumentavam a cada ano e conseqüentemente, os moradores, barraqueiros e comerciantes locais compartilhavam muitas perspectivas positivas ao perceber o aumento progressivo de suas economias no período de praia.

Além do fortalecimento da economia da cidade, o convívio com turistas e o lazer também foram apontados como importantes. Os sujeitos apontaram que a participação da população era bem efetiva, atraídos pelo clima e as pessoas.

3.2 As transformações no ambiente e turismo local após a barragem

O descontentamento da população com as transformações tanto no ambiente como no turismo da cidade refere-se à queda no comércio de vendas de produtos diversos a turistas durante o ano e principalmente durante a temporada de praia. Para eles, vários fatores influenciaram, dentre os quais, a demolição de construções seculares e do coreto² durante a construção da orla, na avenida beira rio,



causou grande insatisfação nos moradores e proprietários dos imóveis, “*Olha, essas parede aqui está rachada de cima a baixo por causa das máquinas da construção da orla. Nunca ninguém me deu um tostão para arrumar isso aí*”(S1). As percepções dos sujeitos ratificam os dados coletados no relatório de observação:

O centro histórico de Porto Nacional sofreu uma profunda descaracterização, e houve um imediato processo de alteração no cenário da cidade, a velha paisagem com o rio ao fundo se transformou em um grande lago, foram destruídos casarões do período colonial e o velho coreto na Praça. (RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO)

Tais transformações no ambiente físico geraram expectativas negativas nos moradores com a construção da orla. Entrevê-se, que a situação colaborou a não aceitação do atual projeto da orla. Naquele período, algumas manifestações populares contrárias à demolição do coreto evidenciaram a revolta da população proporcionada pelos impactos oriundos da formação do lago.

Conforme relatório, a primeira temporada na ilha artificial “Porto Real” em 2003 causou frustração tanto para a população local quanto aos turistas. Uma dos fatos que impulsionaram a rejeição diz respeito ao local da nova ilha. Os sujeitos apontaram e também se constatou durante as visitas in loco e em documentos oficiais que a praia foi construída no espaço onde funcionava o matadouro municipal da cidade, já desativado, e que no local existiam residências e inúmeras concentrações de fossas sépticas. Dados da ³UNITINS analisaram e constataram com laudo que a água do lago estava contaminada e imprópria para o banho e poderia ocasionar doenças na pele. Justifica-se, desta forma, a revolta e desconforto da população e principalmente dos barraqueiros que percebiam o afastamento dos turistas e conseqüentemente o impacto negativo nas vendas dos produtos. A falta de informações sobre dados da participação do turismo na economia anual da cidade demonstra que teve um grande impacto negativo, e notou-se que a redução do número de turistas é percebida pelos comerciantes. “*A quantidade de turistas diminuiu, assim como os atrativos também. A renda nem se fala eu que dependia mais da metade da renda que tinha na antiga praia. A minha barraca era pequena, mais ajudava no sustento da minha família*” [S4]. Alguns estabelecimentos comerciais tiveram que fechar as portas, como lojas de moda praia, restaurantes e hotéis com o declínio da economia.

Os comerciantes de peixes que mantinham o sustento de suas famílias com a venda de pescados, e aqueles que comercializavam frutas e agricultura, sofreram com o deslocamento e o fato de não continuarem com as mesmas atividades econômicas: “*O povo pegava fruta para vender. Muitos traziam do outro lado para vender e ganhava um dinheirinho*” [S6]. Os indenizados foram transferidos para assentamentos ou bairro da periferia da cidade. Durante as observações realizadas percebeu-se a falta de estrutura e planejamento desses assentamentos e bairros. Os antigos ribeirinhos foram alocados em terras inférteis, o que impossibilitou a continuidade das atividades.

As pessoas que participavam diretamente do turismo como os barqueiros, barraqueiros, os comerciantes e donos de hotéis foram fortemente atingidos e tiveram suas rotinas modificadas pelo desaparecimento das praias e os rendimentos diminuídos. As expectativas que a população tinha durante todo o ano para a temporada de praia se extinguíram junto com a antiga praia.

3.3 O atual contexto do turismo e dos comerciantes impactados pelo lago

As respostas objetivas dos entrevistados revelam o atual contexto do turismo local; notou-se que de fato, na percepção dos sujeitos, não existem turistas atraídos pela praia, e que os eventos (shows, festivais, em temporada de praia) proporcionados pelo poder público local, com pretensão em alavancar o turismo e a movimentação na praia atual, como antes do lago, não está correspondendo. “*A prefeitura de Porto Nacional tenta fazer com que a ilha “porto real” seja referência no estado na época da temporada de praia, faz shows, promove gincana esportiva, mas ainda assim, a água em si não é a atração da praia*” [S8].

³ UNITINS: Universidade estadual do Tocantins



A interrupção das atividades turísticas, responsável pela manutenção de muitas famílias, tais como, o comércio de vendas e de recepção às visitas no centro histórico, e à praia local, proporcionou isolamento e insatisfação, dos moradores que tiveram que ser retirados em função do reservatório. *“Antes do lago as vendas em minha loja era melhor, depois do lago decadência (acabei tendo que fechar)” [S15].*

As medidas de mitigação não abrangem a recuperação dos imóveis deteriorados ao longo do reservatório, o documento aponta as ações previstas: “I. Elaboração do Cadastro Socioeconômico; II. Dimensionamento dos grupos de famílias por alternativa escolhida; III. Elaboração dos projetos de remanejamento para cada grupo identificado; IV. Identificação, seleção e compra de áreas; V. Implantação dos projetos. [...]” (RIMA, 1996, p.134).

No que tange às indenizações consta no relatório para esse fim, o desenvolvimento de programas cadastramento das famílias, cujas propriedades serão atingidas: “[...] indenização das Propriedades Atingidas, contendo critérios bem definidos e discutidos com a população diretamente atingida”(ibid, 1996, p.58). O relatório aponta que foi discutido: “Os impactos identificados foram discutidos pelos membros da equipe técnica, sendo selecionados aqueles considerados mais relevantes e significativos”(ibid, p 64). Está explícito no documento que o “Enchimento do Reservatório” interfere com todos os fatores ambientais, e que todas as ações interferem principalmente nos fatores socioeconômicos” (ibid p.72). Ainda que estava previsto, as famílias afirmam que o atual contexto do turismo local é desmotivador. As insatisfações de um modo geral são para com a forma como foi conduzido todo o processo de construção da UHE de Lajeado, discussão e indenização. Essa ocorreu de forma injusta e a modificação do projeto da orla e da praia, *“Nada! o que eles fez só foi mesmo essa orla” [S6].*

A construção da orla como medida mitigatória e compensatória aos moradores que tiveram suas propriedades e modo de vida socioeconômico alterado pelos danos socioambientais causadas pelo empreendimento, não têm compensado os problemas herdados. Além de ter sido construída em local impróprio, em função do acúmulo de lixo no ribeirão São João a orla não está sendo um lugar seguro para os moradores, pois, notou-se aumento de violências e falta de segurança pública. Desta forma as expectativas da população não foram concretizadas.

O- RIMA descreve os impactos físicos, biótico e socioeconômico do empreendimento na região atingida, no entanto, além de ser incompleto por não apontar os impactos imateriais (memória coletiva, costumes, etc), quanto às atividades turísticas, as informações são insuficientes, pois abordam de forma geral e não apresenta medidas de mitigação dos impactos nessas atividades. “[...] Perda das atividades econômicas e do lazer da população associados às praias fluviais do rio Tocantins pelo seu desaparecimento no estirão do reservatório” (ibid p.75). O documento aponta que os convênios com as prefeituras são feitos, através de pagamento dos impostos devidos, no entanto, não há desde o enchimento do reservatório programas de recuperação dos imóveis do Centro Histórico. O Relatório prevê que “[...] as praias de Porto Nacional e de Palmas serão inundadas. Isto também significará o desaparecimento das atividades de comércio e serviço, como também os empregos produzidos pelas mesmas”(ibid p.95), no entanto, a medida de compensação é somente com a recomposição das praias, ficando as expectativas econômicas futuras dos barraqueiros comprometidas.

Assim, as insatisfações com as medidas compensatórias são grandes, porém, os portuenses não buscam alternativas de reversão e redução dos impactos, por não acreditarem mais em benefícios do empreendimento, tais como, as compensações financeiras vinda da usina para o município. A sociedade portuense reconstrói suas histórias e aprende a conviver com o lago utilizando os potenciais que ele oferece.

6. CONCLUSÕES

Ao considerar as análises das entrevistas, relatórios de visitas e de observação in loco, alguns pontos surgiram como cruciais no que tange o perfil do turismo e do ambiente de Porto Nacional:

Percebeu-se ainda grande insatisfação dos moradores e comerciantes diretamente ligados ao turismo da cidade, mesmo após os dez anos da barragem; Um número bem pequeno de moradores e comerciantes que viviam do turismo antes da barragem continua dependendo desse comércio, porém,



com muito mais dificuldades que antes, em função da redução dos lucros obtidos; embora a orla tenha sido apontada como medida de mitigação para os impactos causados no turismo; as compensações tem sido inexistentes e/ou insuficientes, tanto na mitigação dos impactos ambientais, quanto aos comerciantes e moradores que dependiam do turismo e que hoje desenvolvem outras atividades econômicas;

Maior número de moradores não recebeu qualquer compensação, esses alegam que nenhuma medida foi apresentada. Contudo, os resultados mostram que tais medidas tem sido insuficientes.

No que tange ao turismo, percebe-se que a falta de registros que constam informações relativas à participação do turismo na economia da cidade, bem como os quantitativos de antes do reservatório pode ter sido uma forma de não tornar os problemas ainda existentes acessíveis à população local.

Os movimentos organizados que representavam os atingidos não existem ou se dissolveram em decorrência da não continuidade de grande parte dos seus membros. O deslocamento dos moradores que viviam às margens do rio e a falta de apoio indenizatório aos comerciantes corroboraram para tanto.

Constatou-se que a praia era a principal atração turística local e fonte de renda para os comerciantes da praia e do centro histórico. Mas esse, não é explorado pelo turismo atualmente, e os proprietários dos imóveis do centro histórico não usufruem desse patrimônio como fonte de renda, e a falta de interesse dos turistas em visitar esse setor, está aliada à degradação dos imóveis desde a construção da orla.

O relatório de impacto ambiental prevê uma melhoria significativa no turismo em toda região do empreendimento, no entanto, a orla e atual praia “Porto Real” possuem estrutura favorável ao turismo, porém estão sendo usufruída somente pela população local e mais, frequentemente, durante a temporada (de junho a setembro).

Para reativação do turismo local é necessário explorar o comércio turístico por meio de incentivos aos comerciantes e divulgação dos potenciais turísticos locais, como o centro histórico, as festas tradicionais, a organização da praia artificial de forma que possa atrair turistas durante o ano e não somente na temporada de praia, considerando que é uma vantagem da praia artificial. Os moradores percebem que é possível aperfeiçoar a utilização do espaço da praia por todo ano, através de implementações de ações que incluam a prática de esportes (campeonatos), a recepção para turistas com restaurantes de comidas típicas, e shows regionais com danças e demonstrações culturais.

Sendo rota de passagem para o Jalapão, que representa um grande polo turístico do estado do Tocantins, torna-se primordial o investimento na infraestrutura local para elevar o turismo da cidade como também, incentivos financeiros e de logística para eventos culturais da cidade, além da valorização do artesanato que pode ser uma fonte de turismo.

É consenso entre todos moradores e comerciantes, de que não mais serão compensados pelos prejuízos herdados antes e após os dez anos do reservatório. Entendem que os problemas são irreparáveis, mas acreditam que é possível reestabelecer o turismo da cidade.

Para que o turismo se torne viável deve-se incluir a limpeza do local de banho e de recuperação das águas do rio São João que desagua suas águas no lago, o que compromete a qualidade da água para os banhistas. Pode-se estabelecer esta medida através de programa que esquematize a coleta de lixo bem como o desvio dos esgotos que são naturalmente jogados no reservatório.

As medidas de mitigação não abrangem a recuperação dos imóveis deteriorados ao longo do reservatório, o que comprometeu a continuidade das famílias atingidas de exercerem suas atividades comuns. O processo de indenização não foi consensual como sugere o RIMA, houve o cadastramento, porém as indenizações somente previam as perdas de atividades concretas e valoráveis, os critérios já estavam previamente definidos.

A pesquisa foi limitada a 15 sujeitos (famílias). Portanto, este estudo não é algo acabado, espera-se que as discussões sobre o resgate do turismo local de Porto Nacional e região nesta pesquisa sejam base para outros estudos, de forma que se estimulem as sugestões de melhorias e aplicação de medidas compensatórias que possam mitigar os impactos oriundos da construção da Usina de Lajeado e se pensar em alternativas de geração de energia com menor impacto ambiental e turístico.



REFERÊNCIAS

- ALVES, A.C.. O meio ambiente urbano e a proteção ambiental: a questão metropolitana: o grande desafio do século XXI. Fórum de Direito Urbano e Ambiental, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, mar. 2002. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/29399>>. Acesso 01/12/ 2010.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS (CMB). Barragens e desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões. Disponível em: <http://www.dams.org>, 2000
- FARIA, A.A. C. e NETO P.S.F. Ferramentas do diálogo – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo – Brasília: MMA; IEB, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS DO BRASIL disponível em : <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=171820#> acesso e, 20 de abril de 2012.
- LIMA J.J. F. CARDOSO, A. C. D. HOLANDA, A. C. G.. Impasses e desafios na gestão da Região Metropolitana de Belém. Cadernos Metrôpole, nº 1, pp.103-126. São Paulo, Educ/Fapesp. 1999.
- LIRA, E. O. A Construção da UHE de Lajeado e os Impactos Sócio-Territoriais no Espaço Urbano de Porto Nacional. Tese (mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2010.
- MAGALHÃES, G.S. Estudo dos Impactos sociais e ambientais decorrente dos projetos hidrelétricos de Jirau e Santo Antônio. 2006. 15p. Artigo (mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio ambiente) Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2006.
- NATURATINS – Instituto Natureza do Tocantins. Estudo de Impacto Ambiental-EIA/RIMA da UHE de Lajeado.
- PEREIRA, L. ALMEIDA, M. G. de. Minaçu - go: paisagens e percepções nas perspectivas do turismo in Caminhos de Geografia Uberlândia v. 11, n. 34 junho/2010 p. 190 - 202 P.190
- RODRIGUES, Waldecy; SOUZA, E. C. Valoração dos danos ambientais causados pela implantação da usina hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães no município de Porto Nacional –, TO. Uma aplicação do método de valoração contingente In: SOBER – XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL 2008, Rio Branco p 1-15.
- SEVÁ, O. F. Conhecimento crítico das mega-hidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais. In: SEGUNDO ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE. 2004, Indaiatuba. p 1-20.
- CASTRO, V.B. E PEREIRA S.P. As transformações no mundo do trabalho e no ambiente da pesca no Povoado Cajueiro, Palmeirante-TO. Dissertação de Mestrado, UFAM, 2010.
- COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS - RIMA. Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente- Usina de Lajeado, THEMAG Engenharia, 1996. Disponível em http://www.investco.com.br/empresa/documentos_oficiais/eia_rima/pdf/rima_rel_impacto_sobre_meio_ambiente.pdf